

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

*Claudia Fernanda Veiga de Mendonça*

*Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS  
e-mail: claudia15.fernanda@hotmail.com.*

*Euclides Spies*

*Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS  
e-mail: euclidesspies@yahoo.com.br.*

*Schana Shirley Silva*

*Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS  
e-mail: schanass@hotmail.com.*

### *Eixo 06. Ciências Sociais e Aplicadas*

**Resumo:** O presente artigo aborda a questão da participação social na elaboração de políticas públicas para a construção de desenvolvimento regional. O trabalho teve como objetivo analisar como as metodologias participativas de cidadania se relacionam com a gestão pública voltada ao desenvolvimento regional. Trata-se de estudo bibliográfico, com tratamento qualitativo dos dados e fins explicativos. Os resultados obtidos revelaram que, para o processo de construção de um projeto de desenvolvimento regional, é fundamental que a sociedade assuma o seu espaço e, busque de forma coletiva, debater e construir ações que caminhem para este desenvolvimento. Para o sucesso de projetos de desenvolvimento regionalizados, não bastam ações governamentais, necessita-se da opinião e ação dos indivíduos pertencentes à comunidade e conhecedores de suas realidades, visto que se assim for, será possível a elaboração de políticas públicas eficientes.

**Palavras-chave:** Participação Social. Políticas Públicas. Desenvolvimento Regional.

### INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional é um tema ainda pouco explorado, desafiador, mas de relevância, especialmente para o modelo social, estruturado no capitalismo, globalizado e competitivo que se vivencia. É através deste debate que se transformará e definirá o modo que a sociedade se posicionará regionalmente diante das perspectivas que se apresentam. Outra

questão que pode ser percebida quando se utiliza a expressão “desenvolvimento regional”, normalmente, no senso comum, é a ideia de uma ação unilateral do poder público (Estado), que este faça a transformação de um contexto regional, que gere renda e trabalho, numa perspectiva de melhora na qualidade de vida da população através da garantia da dignidade e promoção da cidadania.

Em assim sendo, o tema do presente estudo versa sobre a participação social na definição de políticas públicas de desenvolvimento regional, cuja delimitação temática consiste em relacionar a contribuição da participação social, através de políticas públicas, para o desenvolvimento regional. Neste texto, se pretende discutir questões conceituais de políticas públicas e de desenvolvimento regional, mas principalmente buscar demonstrar a importância da sociedade nestes processos. Assim, busca-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: Como as metodologias participativas de cidadania se relacionam com a gestão pública voltada para o desenvolvimento regional? O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar como as metodologias participativas de cidadania se relacionam com a gestão pública voltada ao desenvolvimento regional.

Esta discussão, passa pela organização coletiva dos participantes, possibilitando desde a abertura de espaços de discussão dentro e fora dos limites da comunidade até a definição de prioridades nas políticas públicas de cunho social. Percebe-se que, somente por meio do ato de participação social se avançará em políticas públicas eficientes, que possam resultar na diminuição do nível de miséria e desigualdade social no país.

## **DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**

Este referencial teórico abordará teorias e conceituações acerca da participação social, das políticas públicas e do desenvolvimento regional, fazendo ao final uma correlação dos temas, na perspectiva da construção do desenvolvimento regional.

Em assim sendo, a questão da participação social ainda é algo novo na conjuntura política e organizacional do estado brasileiro. A partir dos anos 1980 através das mobilizações sociais de reivindicação de espaço na participação, no debate de políticas públicas e da promulgação da Constituição Federal de 1988, é que houve uma maior abertura do Estado no sentido de incluir a sociedade no debate, na construção e na fiscalização de políticas públicas.

Conforme entendimento de Alencar (2013) a definição é difícil, tendo em vista que ela se concretiza na prática social, por meio de diferentes dinâmicas de transformações culturais e ideológicas que sua prática produz. No entanto, mesmo que de difícil definição, busca-se apresentar algumas ideias que permeiam esta discussão para que possa servir de base no debate que este texto propõe a realizar.

Em assim sendo, para Milani (2008) a participação social se caracteriza como uma forma dos indivíduos, organizados em sociedade, estabelecerem relações com instituições como o Estado, segundo o autor a “participação social deriva de uma concepção de cidadania ativa.” (MILANI, 2008, p. 560). Pode-se compreender, de acordo com a definição autor, que participação social se trata de uma ação organizada da sociedade, que visa à solução dos problemas coletivos, objetivando o bem comum, ou seja, é possível perceber que não se trata de uma ação isolada e individualista, mas sim, de um debate coletivo.

Assim, pode-se definir que a participação social é o fortalecimento da sociedade civil para que esta possa assumir posicionamentos, diante das ações do Estado, para que se edifiquem alternativas que resultem em uma realidade social onde não se precise conviver com injustiças, desigualdades e exclusões. Permite que o cidadão possa influenciar ou definir as ações do governo, na busca de desenvolvimento de políticas públicas que venham a atender as demandas da comunidade e que contribuam para uma melhora na qualidade de vida da população em geral.

No que se refere às políticas públicas, cumpre destacar-se que o estudo da política “[...] passa a se debruçar sobre o entendimento dos múltiplos e complexos processos através dos quais os governos respondem às demandas da sociedade, dos partidos, da mídia, de grupos de interesse e de suas próprias estruturas internas, tomando decisões e implantando programas.” (LAGO; ROTTA, 2019, p. 25). Pode-se assim, compreender a política pública como um processo, onde os governantes “materializam as promessas de campanha e as demandas da população em ações específicas que produzirão resultados objetivos na vida das pessoas.” (LAGO; ROTTA, 2019, p. 26).

Esta visão também é compartilhada por Castro e Oliveira (2014, p. 22), que entende a política pública como um conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo. A partir destas compreensões, pode-se definir política pública como sendo

uma forma do governo se relacionar com a sociedade e fazer com que seus propósitos e projetos sejam concretizados na vida das pessoas.

A partir das compreensões teóricas apresentadas sobre o tema, entende-se que é importante para o debate neste estudo, considerar que a política pública necessita buscar resolver as demandas sociais, que é fundamental ter sido submetida ao debate público e que o governo a defina como uma ação sua e efetivamente tome ações em favor dela.

Com o propósito de uma melhor compreensão do assunto abordado nesse artigo, importante se trazer também, uma breve fundamentação teórica sobre o desenvolvimento regional. Nesse sentido para Castro e Oliveira (2014, p. 22) o termo desenvolvimento é entendido como “a capacidade de uma determinada sociedade superar os entraves à realização de suas potencialidades”.

A orientação de Corrêa; Silveira e Kist também são no sentido de que “[...] o desenvolvimento ocorre de forma desigual e, uma vez iniciado em determinados pontos, tem a característica de fortalecer as regiões mais dinâmicas em detrimento das menos dinâmicas e se configura em aspectos intra e inter-relacionados às mesmas”. (CORRÊA; SILVEIRA; KIST, 2019, p. 07). A partir da análise destes conceitos, retira-se o entendimento de que o processo de desenvolvimento é um movimento bastante irregular e uma vez iniciado em determinados lugares, tende a tornar-se cada vez mais dinâmico e concentrado.

A partir desta perspectiva, entende-se que o desenvolvimento regional pode ser definido como um processo em que as regiões consigam se organizar para discutir um planejamento que leve em consideração, suas características culturais, ambientais, geográficas e possa identificar e explorar suas potencialidades. Objetiva atender uma demanda global, e proporcionar condições de melhoria na qualidade de vida e cidadania da população local.

Importa destacar, que vários são os argumentos encontrados na literatura e nas práticas governamentais que indicam que a participação social é importante para o processo de desenvolvimento regional, dentre estes argumentos, destaca-se: a importância da consulta aos segmentos da comunidade, visto que estes serão diretamente afetados, quando da concepção, elaboração, implementação e avaliação de programas e projetos específicos de desenvolvimento. Outro argumento importante neste debate é a questão da governança, que se fundamenta na tríplice hélice da gestão, que se estrutura na capacidade tanto do Estado, quanto da iniciativa privada e da sociedade civil em se articular como atores protagonistas do desenvolvimento regional, não se destinando somente ao Estado tal responsabilidade.

Muitos seriam os exemplos a se colocar nesse resumo, no entanto, cabe mencionar por fim, que somente com o engajamento de todos os atores da sociedade, se poderá encaminhar processos e ações locais de inovação, com potencial de solucionar problemas socioeconômicos e que contemplem políticas públicas efetivas, com vistas a inclusão social e participativa.

O artigo busca fazer um estudo bibliográfico, numa perspectiva teórica, buscando-se o estudo e o levantamento de materiais, que possibilitem a conceituação da participação social, política pública e desenvolvimento regional, para servir de base nas discussões propostas e estabelecer uma análise qualitativa correlacionando estes temas, na perspectiva da construção do desenvolvimento regional. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratória, visto que a coleta de dados compreende levantamento bibliográfico que objetiva preencher lacunas existentes no estudo. Por fim, a investigação dos dados se dará por meio de documentação indireta, ou seja, como mencionado o levantamento dos dados será através de pesquisa bibliográfica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo buscou analisar como as metodologias participativas de cidadania se relacionam com a gestão pública voltada ao desenvolvimento regional, para isso objetivou-se, além da teorização a respeito da participação social, políticas públicas e desenvolvimento regional, demonstrar a importância da participação social, nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social de uma determinada comunidade/região. Entende-se, portanto que o processo de construção de uma política pública de desenvolvimento, nas conjunturas atuais, não pode ser mero projeto de governo, pensado e executado por este, a sociedade necessita ser ouvida e tem o dever de participar e fazer com que as melhorias na qualidade de vida dos cidadãos possam efetivamente acontecer.

Conclui-se então que, para o processo de construção de um projeto de desenvolvimento regional, é fundamental que a sociedade assuma o espaço que é seu por direito e, busque de forma coletiva, debater e construir ações que caminhem para esta direção. Para o sucesso de projetos de desenvolvimento regionalizados, não bastam somente ações governamentais, necessita-se da opinião e ação dos indivíduos pertencentes à comunidade e

conhecedores de suas realidades, para que as políticas públicas ali implantadas sejam realmente eficientes.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Helenira Fonsêca de. **Participação social e estima de lugar: Caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da regional III da cidade de Fortaleza pelos mapas afetivos.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2004. Disponível em: [http://www.teses.ufc.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=4848](http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4848). Acesso em: 02 jun. de 2021.

CASTRO, Jorge A. de; OLIVEIRA, Márcio G. de. **Políticas públicas e desenvolvimento.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento) - Curso de Pós-graduação em Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2018.

CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernardete Brochier. Sobre o Conceito de Desenvolvimento Regional: notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, G&DR.** v. 15, n. 7. Edição Especial, pg. 3-15, dez/2019. Taubaté, SP, Brasil, ISSN: 1809-239X Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255/870>. Acesso em 10 jul. 2021.

LAGO, Ivann; Carlos, ROTTA, Edemar. Políticas públicas e seus modelos de análise: argumentos em favor do neo-institucionalismo e das abordagens culturais. *In: I Seminário de Políticas Públicas e Sociais: tendências e desafios frente à conjuntura brasileira atual.* 2019, Chapecó. **Anais [...].** Chapecó: UFFS, 2019.

LIMA; Ana Carolina da Cruz. SIMÕES; Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: O caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico,** Salvador, v. 12, n. 21, p. 5-19, julho 2010. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878>. Acesso em: 02 jun. 2021.

MILANI, Carlos. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/w8Sd7tHxv3dHcLmgW5DrpZs/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 02 jun. 2021.